

GOVERNANÇA DOS BALDIOS

Os baldios são terrenos comunitários, áreas de monte e de serra que pertencem aos povos de cada localidade, segundo usos e costumes ancestrais. No passado as populações recorriam aos baldios para múltiplos usos, com modos de vida agrícolas e pastoris dependentes dos recursos naturais comuns. Atualmente o tipo de usos e modos de valorização é mais diversificado, e as comunidades locais estão mais integradas no conjunto da sociedade. Entre a continuidade e a inovação, as comunidades e os baldios vão enfrentando novos desafios e oportunidades, à medida que mudam as condições legais e políticas, sociais, económicas e ambientais.

A boa governança dos baldios depende da organização coletiva dos compartes, e das decisões de gestão dos dirigentes. E depende também da forma como as outras entidades – o Estado, as empresas e a sociedade civil – colaboram com as comunidades locais no sentido de apoiar e potenciar as dinâmicas comunitárias.

O projeto Bem Comum pretende contribuir para uma boa governança dos baldios. Para tal é importante conhecer melhor os modelos e as práticas de gestão comunitária. Identificar boas práticas que já estão a ser implementadas no terreno pelas comunidades locais e contribuir para o seu reconhecimento mais alargado. Interessa também dar a conhecer exemplos bem-sucedidos de cooperação entre comunidades e baldios, como é o caso de Agrupamentos de Baldios. E de novas modalidades de articulação entre os baldios e municípios, com o exemplo do recentemente criado Conselho Municipal de Baldios de Viana do Castelo.

Nesta Newsletter damos conta destas dinâmicas de governança ligadas aos baldios do noroeste do país. Apresentamos também breves notícias das atividades dos grupos de trabalho do projeto Bem Comum.

ATIVIDADES DE CAMPO DO PROJETO

O GT Agro-Silvo-Pastorícia, em colaboração com o Projeto LifeMaronesa, realizou importantes atividades de campo para promover a gestão sustentável dos ecossistemas de montanha.



21 DE JUNHO DE 2024 – Levantamento da biodiversidade florística nos lameiros e socalcos da Branda do Alhal (Sistelo – Arcos de Valdevez), em colaboração com Carlos Aguiar, investigador do projeto LifeMaronesa, para estratégias de conservação e valorização da paisagem.

04 DE OUTUBRO DE 2024 – Instalação de gaiolas móveis de exclusão de pastoreio na Branda do Alhal e no Baldio de Sistelo (Arcos de Valdevez), com o objetivo de avaliar a produção de biomassa forrageira e para melhor gerir as pastagens e o pastoreio, e para avaliar a importância da atividade agro-silvo-pastoril na redução do risco de incêndios.

BALDIOS DA SERRA DO GERÊS

13 DE FEVEREIRO DE 2025 – O GT Agro-Silvo-Pastorícia, em parceria com o Centro de Competências do Pastoreio Extensivo e o Agrupamento de Baldios da Serra do Gerês, visitou criadores de gado que são compartes dos baldios de Fafião, Cabril e Pincães (Montalegre). A visita focou-se no pastoreio sustentável, destacando a presença de vacas, cabras e ovelhas, bem como o trabalho da comunidade local na manutenção dos currais, acessos e trilhos e no controlo dos matos. Este modelo de sistema produtivo extensivo, com raças autóctones, garante alimentos de qualidade à comunidade e contribui para a preservação da biodiversidade e da paisagem.



PRÁTICAS DE GESTÃO COMUNITÁRIA

CONHECER E AVALIAR

O Bem Comum realizou duas sessões de trabalho (oficinas) com os técnicos das 12 entidades parceiras – para refletir sobre o que são as boas práticas na governança dos baldios e para identificar os principais problemas que afetam as comunidades e os baldios.



Na primeira oficina (07/2024) os 22 técnicos identificaram boas e más práticas, realidades mais positivas e menos positivas, partindo do seu conhecimento dos baldios. As principais preocupações dos técnicos remetem para situações de desinteresse dos compartes na gestão do baldio, falta de organização ou de transparência na gestão ou abandono das atividades tradicionais (em particular o pastoreio com caprinos e bovinos). Como consequência das anteriores, identifica-se o risco de perda de conhecimento dos povos relativamente ao seu baldio, aos seus recursos e valores e aos modos de os usar e gerir. A nível ambiental as questões consideradas mais críticas são os incêndios e as invasoras lenhosas. Reconhece-se que a saída dos mais jovens e o envelhecimento dificultam a dinamização das comunidades e dos baldios. Igualmente negativos são os conflitos e desentendimentos persistentes entre comunidades com baldios confinantes. Por fim, encontramos preocupação com o desconhecimento e desrespeito de entidades externas e dos visitantes relativamente à propriedade comunitária e à comunidade local.

Quando passamos ao lado positivo, foram realçados vários pontos. Realçou-se o espírito comunitário, a união e identidade entre as pessoas e a manutenção da sua ligação e apego à terra. Destacaram-se vários casos de baldios que promovem a recuperação das suas tradições, para as manter vivas. Foram muito valorizadas as situações nas quais o baldio organiza atividades de animação comunitária e de conservação e proteção da natureza e da biodiversidade no baldio. A nível económico valorizam-se as iniciativas que permitem criar emprego, produzir bens e serviços de qualidade

a partir da silvo-pastorícia e da floresta. Reconhece-se como fundamental a capacidade de obter receitas com origem no baldio, e o mérito da sua aplicação em projetos e iniciativas que melhoram a qualidade de vida das pessoas atendendo às necessidades do seu quotidiano. Foram também salientados casos positivos de inovação e de ações em cooperação com outros parceiros, associações locais e escolas, mas também novos residentes, que encontram aqui espaços para viver, trabalhar e integrar-se na vida comunitária local.

Na segunda oficina (12/2024) os técnicos analisaram e avaliaram uma lista com cerca de 50 tipos distintos de ações realizadas pelos baldios nos últimos 4 anos, indicadas pelos 227 gestores de baldios que responderam ao inquérito às comunidades baldias. As atividades ligadas à manutenção do pastoreio e das pastagens no baldio foram as que receberam pontuação mais alta. Realçou-se a sua importância económica e ambiental conjugadas, enquanto base para modo de vida das famílias, produções de qualidade, gestão de combustíveis por caprinos e bovinos autóctones e valorização de matos para produção de estrumes. Em segundo lugar ficaram as atividades de conservação da natureza – proteção de espécies em vias de extinção, controlo de invasoras e reflorestações com espécies autóctones. As ações para reduzir os riscos de incêndio, como as limpezas florestais e a manutenção faixas de gestão de combustíveis, receberam ainda pontuação elevada, assim como as atividades de animação comunitária que levam as pessoas ao baldio. Estas incluem a recuperação de tradições (como as vezeiras) e de património (os fojos, abrigos de pastor, lagares comunitários) e diversas ações de voluntariado ambiental. Verifica-se que a cooperação entre os baldios e associações locais ou regionais tem vindo a aumentar, refletindo uma aproximação mutuamente benéfica entre as comunidades e a sociedade envolvente, unidos por objetivos de valorização e conservação do património natural e cultural dos nossos montes e serras.

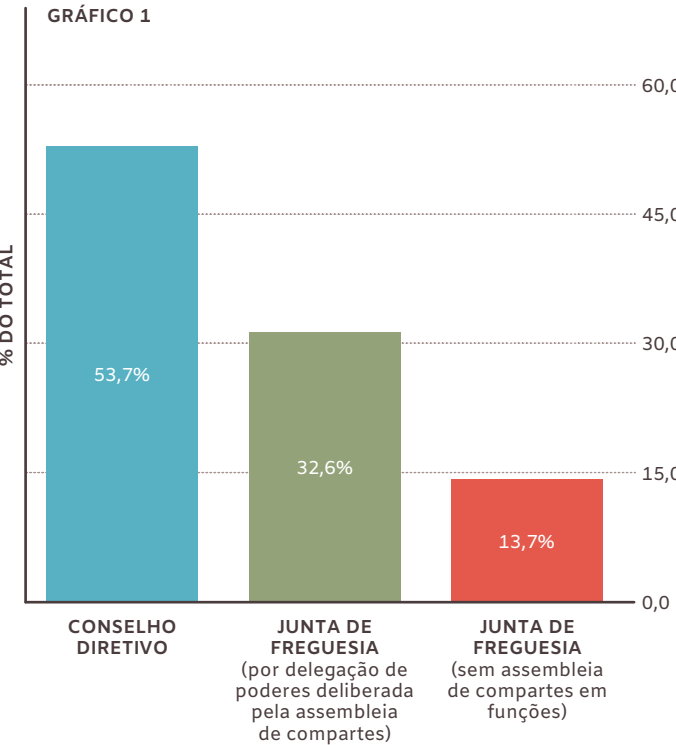
Estas boas práticas são um exemplo de comunidades que cuidam dos seus bens comuns e, ao fazê-lo, contribuem para o bem de todos nós e do planeta.



A GOVERNANÇA PELAS COMUNIDADES BALDIAS

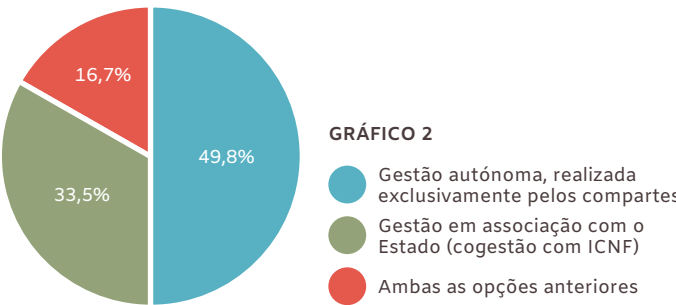
O Inquérito às Comunidades Baldias do Noroeste de Portugal realizado pelo projeto Bem Comum teve como objetivos caracterizar as práticas de gestão e valorização dos baldios e identificar dificuldades e potencialidades nessa gestão. O inquérito envolveu vários parceiros Bem Comum, num trabalho colaborativo realizado entre janeiro e agosto de 2024. Obtiveram-se 227 respostas de gestores ou representantes dos baldios.

A maioria das comunidades baldias é gerida por um Conselho Diretivo (53,7%). Segue-se a Junta de Freguesia, por delegação de poderes deliberada pela assembleia de compartes (32,6%). Por último, há baldios cuja gestão é assegurada pela Junta de Freguesia, sem que exista uma assembleia de compartes em funções (13,7%) (Gráfico 1).



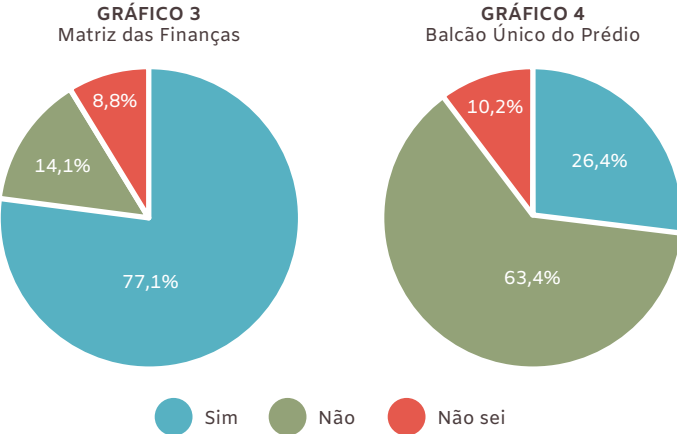
ÓRGÃO DE GESTÃO

No que se refere ao regime de gestão (Gráfico 2), metade das comunidades baldias adota o modelo de gestão autónoma, enquanto outra metade está em regime de cogestão com o Instituto Nacional de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

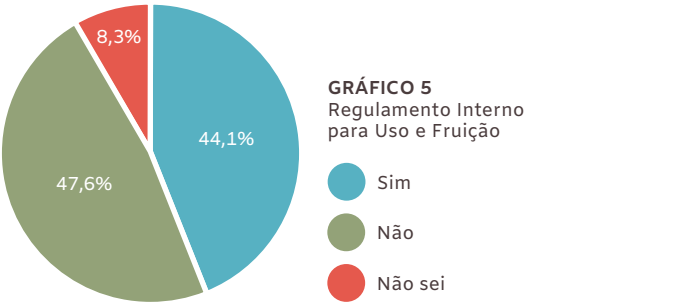


REGIME DE GESTÃO

A maioria dos baldios está inscrito na matriz predial das finanças (77,1%) (Gráfico 3), mas apenas 26,4% dos baldios estava registado no Balcão Único do Prédio (BUPi) (Gráfico 4).



Um pouco menos de metade das comunidades indicou ter um Regulamento Interno para Uso e Fruição (47,6%) (Gráfico 5).



Quando questionadas sobre o Plano de Gestão Florestal (PGF), 46% das comunidades baldias afirmam ter o plano aprovado ou submetido.

Em síntese, a situação dos baldios do Noroeste no que se refere à governança comunitária é bastante diferente. Há comunidades (ou freguesias) que dinamizam uma gestão comunitária ativa e efetiva do baldio, assegurando o funcionamento regular da assembleia de compartes e concretizando ações para o reconhecimento, a proteção legal e a prática efetiva uso e valorização dos terrenos e dos recursos do baldio pelas pessoas da comunidade. Noutros casos há uma ausência ou fragilidade nesta organização e capacidade de ação.

O próximo passo será aprofundar o estudo das melhores práticas, avaliar os seus impactos na vida das comunidades locais e na sustentabilidade dos territórios, e divulgar esses bons exemplos. E compreender também os fatores que podem contribuir para superar as situações de maior fragilidade. Ao potenciar um envolvimento mais ativo e dinâmico dos compartes na gestão dos baldios estaremos a promover melhores resultados sociais, económicos e ambientais, com benefícios acrescidos para a comunidade, e para todos nós.

OS AGRUPAMENTOS DE BALDIOS



O modelo de gestão agrupada para os baldios tem como objetivo melhorar a gestão do território comunitário criando um modelo participativo das populações locais, acompanhado de apoio técnico, administrativo e jurídico. Como modelo de governança inovador, sentam-se à mesma mesa um conjunto de gestores de baldios de comunidades vizinhas, muitas vezes com relações históricas e sociais, procurando identificar problemas e soluções em conjunto. Como área agrupada de grandes dimensões são obtidos benefícios resultantes da economia de escala, melhoria do poder reivindicativo e negocial e defesa dos poderes legais.

O projeto tem a preocupação de capacitar e formar os órgãos gestores sobre os aspetos legais da propriedade e do direito comunitários previstos na atual Lei dos Baldios (75/2017 de 17 de agosto). São desenvolvidas competências de gestão administrativa, procurando educar as pessoas para os direitos e deveres, melhorando o processo democrático e participativo. Prevê igualmente o levantamento de aspetos históricos e culturais das comunidades no sentido de reavivar o sentimento de identidade e de pertença – o orgulho em ser comparte. Finalmente são desenvolvidos instrumentos técnicos e de gestão com o levantamento e registo dos limites, inventário e Plano de Gestão Florestal, entre muitos outros.

Entre 2019 e 2023 a BALADI – Federação Nacional dos Baldios dinamizou o aparecimento de 10 Agrupamentos de Baldios um pouco por todo o País, da Serra da Estrela ao Parque Nacional da Peneda-Gerês, envolvendo um total de 55 Comunidades Locais que, em conjunto, representam uma área superior a 57.000 hectares.

Um dos exemplos com bastante sucesso, associado da BALADI, é o Agrupamento de Baldios da Serra do Gerês (ABSG), fundado no dia 24 de julho de 2019. O ABSG tem em vista o apoio aos territórios comunitários – baldios – de Campo do Gerês, Rio Caldo, Vilar da Veiga, Ermida, Fafião, Pincães, Cabril e Lapela. São mais de 13.500 hectares de área agrupada, com apoio qualificado na gestão florestal, que tem desenvolvido ações que promovem boas práticas ambientais, sociais e económicas das áreas comunitárias.

Este agrupamento é dinamizado por uma equipa de 4 técnicos, multidisciplinar e ativa, que se rege por um trabalho de proximidade e harmonia com as 8 comunidades locais associadas, dando resposta às necessidades e concretizando objetivos ao nível do ordenamento florestal e da gestão dos ecossistemas e habitats envolventes.

Desde o início de funções deste agrupamento, o investimento efetuado nos 8 baldios correspondeu a cerca de 2,3 milhões de euros. Valores provenientes de candidaturas e projetos elaborados, pelos seus técnicos, com intuito de renovar, proteger e conservar os espaços florestais, num trabalho contínuo e agrupado entre comunidades, respeitando as especificidades de cada uma. Um trabalho que já se reflete em mudanças na paisagem e nas dinâmicas das comunidades, e que tem sido bastante valorizado por gentes e agentes que andam e visitam este território.

CONSELHO MUNICIPAL DE BALDIOS, EM VIANA DO CASTELO

UM COMPROMISSO PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DA FLORESTA

A instalação do Conselho Municipal de Baldios de Viana do Castelo marca um momento crucial para a gestão e valorização das áreas florestais do concelho. Representando cerca de 25% da área florestal total, os baldios desempenham um papel essencial na conservação da biodiversidade, na produção florestal através da promoção de práticas sustentáveis, essenciais para o equilíbrio ecológico e o desenvolvimento rural.

Reconhecendo a importância estratégica destes territórios, a Câmara Municipal de Viana do Castelo reforça o seu compromisso com a sua gestão, promovendo a preservação e o uso sustentável dos recursos naturais. A criação do Conselho, em 13 de maio de 2024, foi antecedida pela aprovação do Regulamento n.º 639/2023, de 5 de junho, que define a natureza, composição, competências e funcionamento do Conselho Municipal de Baldios de Viana do Castelo. Este órgão surge da necessidade de assegurar um modelo de desenvolvimento florestal sustentável, conciliando a conservação ambiental com uma gestão eficiente e resiliente face a desafios como as alterações climáticas, os incêndios rurais e a proliferação de espécies invasoras. A sua criação integra-se no conjunto das 48 medidas estratégicas definidas para o mandato 2021-2025, reafirmando o compromisso municipal com a valorização e proteção dos territórios florestais.

Para além do ordenamento do território, a participação ativa dos diversos agentes envolvidos é essencial para o sucesso da iniciativa. O Conselho Municipal de Baldios assume-se como um órgão consultivo, constituindo um espaço privilegiado de diálogo e cooperação entre os órgãos gestores, as autoridades municipais e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF),

facilitando a partilha de conhecimento e experiências. Esta abordagem colaborativa contribui para uma tomada de decisão mais informada e ajustada às especificidades de cada território, promovendo uma gestão integrada e eficaz.

Para otimizar a administração dos territórios baldios, está em desenvolvimento a plataforma digital “Baldios VCT”, um instrumento inovador que permitirá a partilha de informação relativa à manutenção de infraestruturas, plantações, candidaturas e regulamentação de acesso e utilização, entre outras informações relevantes. Esta ferramenta contribuirá para uma gestão mais eficiente e transparente, ao mesmo tempo que apoiará a elaboração dos Planos de Gestão Florestal (PGF), garantindo uma abordagem integrada e sustentável.

A instalação do Conselho Municipal de Baldios de Viana do Castelo reflete um compromisso sólido com a preservação e valorização dos espaços florestais do concelho. Através da cooperação entre entidades públicas e privadas, da implementação de estratégias inovadoras e da aposta na digitalização, pretende-se garantir uma gestão sustentável, promovendo o equilíbrio entre desenvolvimento económico, conservação ambiental e bem-estar das comunidades locais. Com esta abordagem integrada, os baldios de Viana do Castelo poderão afirmar-se como um modelo de referência na gestão florestal, respondendo eficazmente aos desafios do presente e garantindo um futuro mais sustentável.

**03/03/2025 | GABINETE TÉCNICO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE VIANA DO CASTELO**



BEM COMUM

Inovação e Cooperação na Gestão dos Baldios, para Potenciar a Bioeconomia, Sustentabilidade e Resiliência das Comunidades Rurais e da Agro-Silvo-Pastorícia

CONTACTOS

Morada ESA-IPVC | Rua D. Mendo Afonso, 147
Refóios do Lima | 4990-706 Ponte de Lima.

Telefone 258 909 740 | Ext. 22139

Email projeto bemcomum2023@gmail.com

